



Faculdade Senac Go
Legislação em Informática

Alunos:

Ana Carolina

Bruno Cesar

Felipe Rodrigues

João Netto



Lei 9609

No Brasil a lei 9.609/98 é chamada de a lei do software, por tratar sobre os direitos autorais dos softwares no Brasil. Esta lei equipara softwares e programas de computadores a obras literárias para proteção dos direitos legais.

Art. 1º Programa de computador é a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados.

A lei do software também estabeleceu algumas coisas na legislação brasileira, como: Direito de paternidade do autor, Direito de oposição a alterações não autorizadas que prejudiquem a honra do autor, prazo dos direitos autorais (Para software é 50 anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da publicação ou da criação, quando não publicado o programa), da propriedade de criação por empregado, questões sobre a derivação do software, do registro (feito pelo INPI) e início da proteção, e também sobre a garantia dos usuários e dos contratos relativos a programas de computador.

Lei 9610

No Brasil a lei 9.610/98 é chamada de a lei dos direitos autorais, por tratar sobre os direitos autorais gerais no Brasil. Esta lei trata sobre obras literárias, softwares e demais para proteção dos direitos legais e de seus autores. Essa lei estabelece os requisitos para uma obra ser protegida, o que são direitos morais e patrimoniais, quem é o autor e os princípios da proteção.

A lei dos direitos autorais serve como complemento da lei 9.609/98, também estabelecendo o que pode ser usado como utilização e reprodução, que não constituem violações aos direitos autorais.

Lei 12737

A lei 12.737/12, também é conhecida como lei Carolina Dieckmann, e fala sobre os crimes virtuais, principalmente os crimes de invasão de dispositivos informáticos.



A lei diz que : Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

Essa lei estabelece ação penal, e também chama a atenção por tratar também tratar sobre o crime de falsificação de cartão, falsificação de documentos e o crime de Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública.

Marco Civil da Internet

A lei 12.965/14 é a lei que visa regular e controlar o uso da internet no Brasil, e por isso ficou conhecido como o marco civil da internet, também é chamada de a constituição da internet. O marco civil da internet estabelece as diretrizes de atuação do governo com relação á internet, tais como: Dever de expansão da rede, otimização da infraestrutura de redes, capacitação para uso da internet e outros.

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.

O marco civil da internet, por se tratar de ser quase como um “constituição da internet”, também apresentará outras funções tais como: Os fundamentos da internet no Brasil (modo de operação), os princípios da internet no país, os objetivos a serem atingidos como um todo, forma de interpretação, glossário de termos legais, direitos e garantias dos usuários e muito mais.